

**P E R E N C O**



**PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA) DA ATIVIDADE DE  
PERFURAÇÃO MARÍTIMA NOS BLOCOS BM-ES-37, 38, 39, 40 e  
41, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - REGIÃO 06**

**RELATÓRIO FINAL**

**Execução**



**Abril/2012**

## SUMÁRIO

<b>1. Considerações iniciais</b> .....	<b>1</b>
<b>2. Apresentação</b> .....	<b>3</b>
<b>2.1. Equipe técnica</b> .....	<b>7</b>
<b>2.2. Do nome e do Recorte espacial do projeto</b> .....	<b>7</b>
<b>3. Descrição das atividades</b> .....	<b>8</b>
<b>3.1. Dos municípios onde o PEA PERENCO foi realizado</b> .....	<b>8</b>
3.1.1. Itaipava.....	8
3.1.2. Serra .....	10
<b>3.2 Dos municípios onde as atividades não ocorreram, mas o processo evoluiu até as reuniões decisórias</b> .....	<b>13</b>
3.2.1. Guarapari.....	13
3.2.2. Piúma .....	15
<b>3.3 Dos municípios onde o processo não evoluiu</b> .....	<b>18</b>
3.3.1. Vila Velha.....	18
3.3.2 Vitória .....	22
3.3.3 Anchieta .....	28
<b>3.4. Das abordagens metodológicas</b> .....	<b>32</b>
<b>4. Metas alcançadas</b> .....	<b>35</b>
<b>5. Considerações finais</b> .....	<b>36</b>
<b>6. Anexos</b> .....	<b>39</b>

## LISTA DE TABELA

Tabela 1: Relação dos indicadores e meios de verificação constantes no Plano de Trabalho para a implementação do PEA-Perenco.....	2
Tabela 2: Descrição das 03 etapas de implementação do PEA-PERENCO .....	5

## LISTA DE FIGURA

Figura 1: Localização dos blocos sob operação da Perenco e os municípios da área de influência direta da campanha de perfuração exploratória. ....	8
--	---

## 1. Considerações iniciais

A implementação do Projeto de Educação Ambiental como condicionante da licença ambiental N<sup>o</sup> 1.051/2011 emitida para a empresa PERENCO (PEA-PERENCO), está compreendida na região 06 (Estado do Espírito Santo) se pautou nas orientações da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N<sup>o</sup> 01/10 e no Parecer Técnico N<sup>o</sup> 283/11, que dentre outras questões, ressalta a importância de: **(i)** garantir o alinhamento entre as ações que serão desenvolvidas nos programas de educação ambiental regionais; **(ii)** direcionar as diferentes linhas de ação e seus processos educativos de modo que venham a convergir para uma efetiva gestão ambiental regional.

Tendo em vista estas questões e a temporalidade da campanha de perfuração da PERENCO, optou-se, no âmbito do Plano de Trabalho apresentado e aprovado pela CGPEG/IBAMA, pela linha de ação "A"- fortalecimento da organização comunitária - mediante ações formativas alinhadas e complementares ao PEA-ES, executado pela Petrobras, nos municípios da área de influência.

Desta forma, o objetivo do PEA-PERENCO, como descrito no referido Plano de Trabalho, foi: *instrumentalizar e aumentar as capacidades locais para com o processo de gestão participativa, de forma que os grupos locais possam aplicar conhecimentos adquiridos no relacionamento e gestão de iniciativas voltadas ao fortalecimento de suas comunidades perseguindo a diminuição das assimetrias sociais fruto das externalidades geradas pelo processo de crescimento econômico.*

Para tanto, foi proposta um conjunto de indicadores para orientar a avaliação do projeto (Tabela 01):

**Tabela 1: Relação dos indicadores e meios de verificação constantes no Plano de Trabalho para a implementação do PEA-Perenco.**

Indicadores	Resultados Quantitativos
Número de projetos por município a partir de DRP's, políticas públicas e outros financiamentos.	Serra: 01 PEA-ES; 01 PCAP. Vitória: 01 PEA-ES; 01 PCAP. Vila Velha: 01 PCAP. Guarapari: 01 PEA-ES; Sem projeto identificado. Anchieta; 01 PEA-ES; Pescando Letras, Reciclagem de Óleo (SAMARCO), Conhecendo o Bevenete. Piúma: 01 PEA-ES; Pescando Letras. Itapemirim: 01 PEA-ES; 01 PEA-OGX, Ciranda Capixaba.
Número de representantes de entidades e organizações entrevistados/abordados.	VIDE TABELA 02
Número e quantitativo de turmas formadas.	02 turmas constituídas: Itapemirim e Serra
Número de minicursos realizados e avaliação participativa com relação aos temas de aprendizado, relacionamento e gestão.	02 minicursos realizados em Itapemirim e Serra. Avaliações constantes no <b>Anexo 01 e 02.</b>

Partindo dessa premissa a meta foi de realizar nos sete municípios da área de influência da perfuração exploratória, oficinas formativas seguindo temas definidos pelas comunidades. Os sujeitos da ação educativa foram os grupos sociais que se dedicam a pesca artesanal e utilizam-se das referidas áreas dos blocos ora licenciado.

É importante destacar que as ações do PEA-PERENCO partiram do pressuposto da elaboração e implementação do PEA-ES, tendo assim um ponto de partida nas comunidades com agendas e projetos em andamento. Nesse cenário, as ações formativas do PEA-PERENCO almejavam complementações no processo de fortalecimento de gestão de projetos.

Entretanto, conforme será exposto no presente relatório, a realidade em campo não se alinhou ao pressuposto acima assumido. Na leitura dos grupos de pescadores abordados, o PEA-ES não avançou na implementação da agenda de educação ambiental definida. Este fato, e não apenas este, fez com que algumas comunidades não manifestassem interesse e engajamento para com novas alinhadas a temática de Educação Ambiental.

De modo geral, a recepção a esse tipo de atividade por parte da comunidade pesqueira não é boa. Isto porque, segundo as comunidades: *“eles estão cansados de promessas que não são executadas”*. Há também outros elementos que influenciaram a postura e comportamento das comunidades frente a presente proposta de PEA, tais como: desarticulações sociais, interferência política-partidária, conflitos dentro do setor pesqueiro e desse com a indústria de mineração e de petróleo.

Frente a este contexto realizou-se o PEA-PERENCO e os resultados serão apresentados no corpo deste relatório oferecendo mais elementos para confrontá-los aos indicadores assumidos pelo Plano de Trabalho.

## 2. Apresentação

Para atingir o objetivo estipulado no Plano de trabalho, três campos foram idealizados: exploratório, decisório e de implementação. O campo exploratório visava o contato inicial com as comunidades e entidades, onde as colônias e associações de pesca foram visitadas para uma apresentação da proposta do PEA, bem como a equipe técnica constituía os primeiros laços comunitários. Ainda nesse campo, buscava-se negociar uma data para o encontro decisório.

O campo decisório tinha como objetivo reunir-se com a comunidade pesqueira, explicar os objetivos do PEA, ouvir os anseios da comunidade para em seguida definir o tema a ser trabalhado. Por fim, o campo de implementação tinha como objetivo realizar as oficinas de capacitação/formação.

Entretanto, em meio a este caminho, alguns percalços impediram a realização completa do PEA-PERENCO. A desmobilização da comunidade pesqueira, as disputas internas, a não credibilidade dos pescadores com as atividades de Educação Ambiental, Compensação e Mitigação, dentre outros fatores, contribuíram para que não fosse possível executar todas as oficinas programadas e, em alguns casos, as reuniões decisórias nem chegaram a acontecer, como será apresentado no item 3.3.

Das sete oficinas previstas no plano de trabalho, somente duas foram efetivamente realizadas. Embora os campos tenham sido divididos da forma exposta acima, os obstáculos encontrados no caminho alteraram a previsão inicial. O campo do mês de março, que deveria ser o de implementação, também contou com algumas reuniões decisórias. Esta atividade foi acompanhada por técnicos do CGPEG/IBAMA, com a finalidade de alinhar as atividades seguintes a partir de uma experiência direta com a realidade, para assim, coordenar em tempo real todas as decisões a serem tomadas dali por diante.

A Tabela 02 apresenta as etapas do PEA-PERENCO, onde constam: datas, atividades, atores e encaminhamentos.

Tabela 2: Descrição das 03 etapas de implementação do PEA-PERENCO

Etapas	Município	Data	Entidades	Nº de participantes	Encaminhamentos (2012)
<b>CAMPO EXPLORATÓRIO</b>	<b>Piúma</b>	17 de novembro 2011	Colônia Z-9	02	Definição da reunião decisório para 18 de janeiro
	<b>Itaipava</b>	17 de novembro 2011	Colônia Z-10 e APEDI	02	Definição da reunião decisório para 20 de janeiro
	<b>Anchieta</b>	18 de novembro 2011	Colônia Z-4	01	Definição da reunião decisório para 14 de março
	<b>Guarapari</b>	18 de novembro 2011	Colônia Z-3	02	Definição da reunião decisório para 19 de janeiro
	<b>Vila velha</b>	21 e 23 de novembro 2011	Associação praia de Itapuã e colônia Z-02	03	Não apresentaram interesse de participar do PEA
	<b>Serra</b>	22 de novembro 2011	Associação de Jacaraípe e colônia Z-11	02	Definição da reunião decisório para 12 de março
	<b>Vitoria</b>	24 de novembro 2011	Colônia Z-9	01	Definição da reunião decisório para 13 de março
<b>CAMPO DECISÓRIO</b>	<b>Piúma</b>	18 de janeiro 2012	Marisqueiras	14	Curso de associativismo
	<b>Guarapari</b>	19 de janeiro 2012	Pescadores e marisqueiras	12	Curso de artesanato e de melhoria do beneficiamento do pescado
	<b>Itaipava</b>	20 de janeiro 2012	Pescadores e marisqueiras	10	Curso de associativismo e cooperativismo
	<b>Serra</b>	12 de março 2012	Pescadores e marisqueiras	04	Qualidade e atendimento ao cliente
	<b>Vitoria</b>	13 de março 2012	-----	-----	Não houve definição devido ao esvaziamento da reunião
	<b>Anchieta</b>	14 de março 2012	-----	-----	Não houve definição devido ao esvaziamento da reunião

<b>CAMPO DE IMPLEMENTAÇÃO</b>	<b>Guarapari</b>	06 e 07 março 2012	-----	Nenhum participante	<b>Minicurso</b> (Curso de artesanato e de melhoria do beneficiamento do pescado)
	<b>Itaipava</b>	07 e 08 Março 2012	Pescadores e marisqueiras	11	<b>Minicurso</b> (Curso de associativismo e cooperativismo)
	<b>Piúma</b>	09 e 10 março 2012	-----	Nenhum participante	<b>Minicurso</b> (Curso de associativismo e cooperativismo)
	<b>Serra</b>	12 e 13 de Abril 2012		15	<b>Minicurso</b> (Qualidade e atendimento ao cliente)

É importante salientar que o processo foi pensado de modo a potencializar a participação de todos os sujeitos envolvidos, neste sentido, as reuniões e oficinas foram cuidadosamente pensadas e elaboradas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, primou-se pelo uso de metodologias participativas, visando o envolvimento e a escolha coletiva dos temas abordados.

Para melhor apresentação e ordenamento das ideias a serem apresentadas de forma resumida, utilizar-se-á a seguinte divisão estrutural para o corpo do texto, item (3) Descrição das atividades: (3.1) Dos municípios onde as atividades ocorreram; com a finalidade de apresentar as dificuldades, porém, focará nos elementos que deram sustentabilidade a realização das ações formativas, (3.2) Dos municípios onde as atividades não ocorreram, mas avançaram até as reuniões decisórias; com o objetivo de remontar os processos até a não realização dos cursos, no entanto, apresentando alguns elementos que não favorecem a implementação de trabalhos no campo educacional, (3.3) Dos municípios onde o processo não evoluiu; neste tópico tratar-se-á de elementos que não possibilitaram a realização das reuniões, mesmo que de forma superficial se buscará a conexão entre fatos dispersos que, por fim, favorecem a desarticulação das bases político/sociais.



Desta forma, sustenta-se que todos os critérios para a realização deste trabalho foram cumpridos, a partir da temporalidade e princípios da educação no processo de gestão, pois a própria análise e geração de informações em busca de aperfeiçoar novos processos, já pode, e deve ser considerado, um produto de fundamental importância para futuros processos a serem realizados nestas comunidades e região.

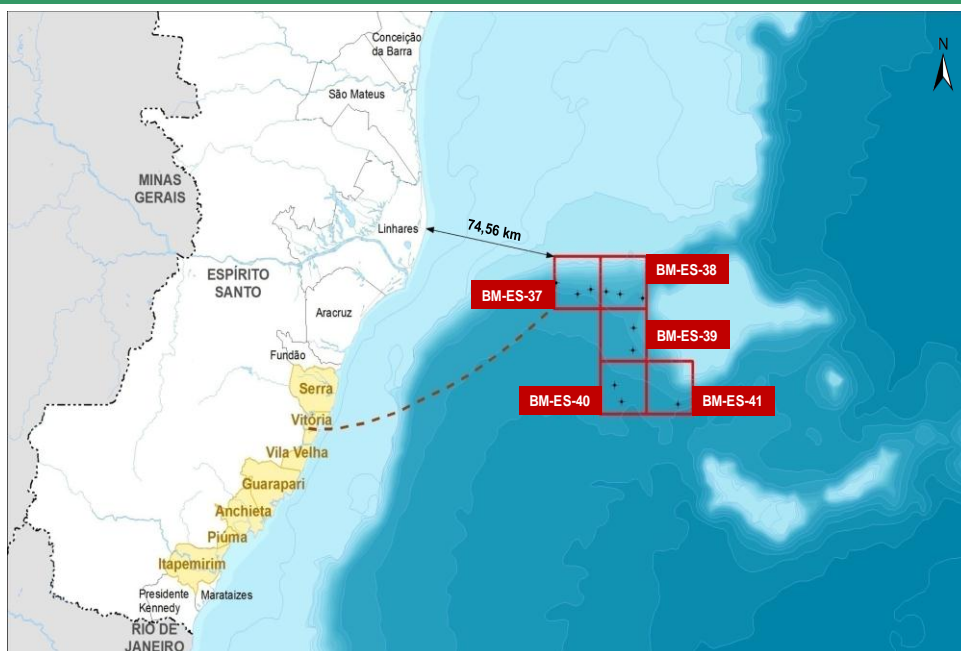
## 2.1. Equipe técnica

- Hugo Ricardo Lamas Diogo – Coordenação Geral – CTF: 87.203
- Jenifer Cristine Medeiros – Coordenadora de Campo– CTF 5319430
- Alysson de Paula Cavalcante Fraga – Técnico de Campo - CTF 5430125
- Mônica de Oliveira Link – Técnica de Campo – CTF 436215

## 2.2. Do nome e do Recorte espacial do projeto

O projeto da empresa PERENCO foi identificado com nome de: PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PEA) DA ATIVIDADE DE PERFURAÇÃO MARÍTIMA NOS BLOCOS BM-ES-37, 38, 39, 40 e 41, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - REGIÃO 06.

A figura 01 ilustra os blocos sob concessão da empresa PERENCO e os municípios da área de influência da atividade de perfuração exploratória que estão sendo considerados para a implementação do presente Projeto de Educação Ambiental. Diga-se que os municípios são: Serra, Vitória, Vila Velha, Guarapará, Anchieta, Piúma e Itaipava.



**Figura 1:** Localização dos blocos sob operação da Perenco e os municípios da área de influência direta da campanha de perfuração exploratória.

### 3. Descrição das atividades

#### 3.1. Dos municípios onde o PEA PERENCO foi realizado

##### 3.1.1. Itaipava

A Colônia de Pesca Dom Pedro I (Z- 10) em Itaipava está localizada no município de Itapemirim. A entidade existe há 13 anos e conta com aproximadamente 500 barcos e 2400 pescadores/marisqueiras são colonizados, sendo que, cerca de 200 estão em dia com a colônia.

A sede é resultante da compensação de duas empresas e atualmente estão finalizando a construção de uma unidade de beneficiamento que incluirá inicialmente e, de forma direta, as marisqueiras através Projeto Mulheres do Mar. A verba para a construção desta casa foi adquirida por meio do programa da Petrobrás “Ciranda Capixaba”.

Ao apresentar a proposta do PEA-PERENCO, pautada na realização de atividade educativa, a reação foi positiva e o presidente (Sr. Aureli) da colônia e a secretária executiva (Auriceia) se colocaram a disposição para mobilizar os pescadores e as marisqueiras para uma reunião decisória com a comunidade de pesca.

Durante a reunião um dos interesses da comunidade era o de se preparar para inaugurar a unidade de beneficiamento acima citada, por isso, foi apresentado inicialmente um interesse prévio por capacitação em cooperativismo. Assim sendo, o curso foi encaminhando pela comunidade que se comprometeu em assumir determinadas tarefas para a realização dos cursos.

Para a realização da ação formativa, que ocorreu nos dias 7 e 8 de Março de 2012 no período das 08hs às 17hs, contou-se com a colaboração da secretária e do presidente da colônia para a mobilização, pré-inscrição e divulgação da atividade.

A participação no curso pode ser considerada boa, frente à realidade estadual. No entanto, esta situação tem relação direta com o papel das mulheres na organização política e econômica da cadeia pesqueira. Estas senhoras movimentam toda uma economia que agrega valor a cadeia da pesca garantindo uma maior estabilidade da renda familiar ao longo do ano. Dentre muitas das atividades promovidas pela comunidade encontram-se: artesanatos de conchas e escamas, produção de alimentos derivados do pescado (Fishburger, croquete de peixe, patês, entre outros).

Desta forma, a participação e assiduidade do curso foi garantida por grupos de marisqueiras organizadas que, segundo seus apontamentos, estão se preparando para gerenciar de forma cooperativada a casa das mulheres do mar. Assim sendo, não surpreende a proporção de dois pescadores para oito marisqueiras (**Anexo 01**).

A atividade foi ministrada dialogicamente, buscando aproximar os conceitos a serem trabalhados a realidade local, neste sentido a troca de informações, questionamentos e reconstrução de conceitos levou o grupo ao desenvolvimento de planos de trabalho cooperativo, focados na unidade de beneficiamento.

Neste sentido, o curso atingiu seu objetivo central: o de fortalecer a comunidade pesqueira em vias da implementação de um projeto coletivo e também atuou como facilitador para inclusão de novos agentes sociais na cadeia de discussões, proporcionando um espaço intergeracional que favorece a oxigenação da organização político/coletiva. Assim sendo, o curso atendeu as expectativas e cumpriu todas as suas metas, conforme consta no **Anexo 01** ao presente relatório.

### 3.1.2. Serra

Serra é considerado um município de grande porte, inserido na região metropolitana de Vitória. Apesar de não ter como atividade central a pesca artesanal, esta cumpre papel importante na inserção de sujeitos economicamente ativos que se situam na periferia das relações de trabalho.

Suas dimensões geográficas fazem com que as comunidades da pesca artesanal estejam distantes uma das outras, o que dificulta a comunicação e integração dos pescadores. Inicialmente contatou-se o presidente da Colônia de Pesca deste município, que também é presidente da Federação de Pescadores do Espírito Santo, Sr. Adwalter Lima (Frank) e o presidente da Associação de Pescadores de Jacaraípe Sr. Manoel (Nego), ambos se mostraram receptivos a proposta do projeto, no primeiro momento.

Após conversas e ampliação dos contatos a reunião decisória ficou marcada para o dia 10 de janeiro de 2012, às 14h. No referido dia a equipe estava presente, no entanto, apenas o Frank e Nego compareceram a reunião, assim, decidiu-se por remarcar a reunião, pois o critério da participação havia sido rompido pelo não comparecimento das comunidades e da base das associações. Também houve como fator de desmobilização as fortes chuvas que ocorreram no verão na região de Vitória e que deixou diversas regiões em estado de calamidade.

Importante destacar que há divergências entre essas duas lideranças, que não serão detalhadas aqui, pois não se tem elementos suficientes para tecer considerações de fundo. Embora a reunião não tenha sido realizada conforme elaborada, a proposta do trabalho foi novamente apresentada. Desta vez, eles informaram que os pescadores não tinham interesse nesse tipo de atividade e que as medidas compensatórias deveriam ser pensadas em outro formato.

Nesse contexto ficou acordado uma nova tentativa de reunir a comunidade para reforçar a ideia de se realizar uma ação formativa que contribua com o fortalecimento da comunidade pesqueira de Serra. Neste momento, informou-se que a comunidade havia sido contemplada por um PCAP da Petrobrás, no caso: uma unidade de beneficiamento. Para tal atividade foi criado um grupo de trabalho, desta forma, a estratégia adotada foi: aproximar-se dessas pessoas, visto que haviam representantes de todas as comunidades,

e, estas já estavam legitimadas por um processo decisório mais amplo e democrático. Assim sendo, a reunião decisória foi remarcada para março de 2012, pois acreditava-se na possibilidade de se mobilizar um número maior de pessoas que poderiam, de forma legítima, decidir que atividade formativa poderia ajudar a comunidade no processo de implementação e fortalecimento do referido PCAP a partir de uma ação complementar do PEA-PERENCO (**Anexo 02**).

A reunião decisória ocorreu no dia 12 de março de 2012 com a presença dos técnicos da CGPEG/IBAMA, coordenação da PERENCO, equipe técnica da SOMA e comunidade pesqueira. Foi apresentado o PEA-PERENCO, o processo de licenciamento do petróleo e gás, e foi feito um rápido diagnóstico dos meios de vida sustentáveis (MVS) para que fossem destacados, as vistas de todos, os pontos mais débeis da comunidade, para que se intervisse de forma rápida e focada. Após esta identificação, optou-se por realizar uma oficina que discutisse “qualidade e atendimento ao cliente” (**Anexo 02**). Uma vez mais, a divulgação ficou a cargo dos representantes das associações com o apoio da equipe técnica que acompanharia a mobilização por telefone e mensagens, entretanto, os resultados apontaram para a necessidade de se repensar este modelo de mobilização via lideranças.

No dia da oficina 11 (onze) de abril de 2012 mulheres compareceram, no entanto, elas não sabiam do que se tratava, apenas foram orientadas a comparecer e tinham a informação de que seria uma reunião. Desta forma o responsável pela condução da oficina apresentou o conteúdo e perguntou se elas teriam interesse em participar, a resposta foi positiva.

Ainda neste dia 20 (vinte) mulheres compareceram ao minicurso e participaram da atividade. No seguinte dia, 15 mulheres compareceram às atividades, que foram concluídas com avaliação positiva das participantes e o questionamento sobre quando teriam mais curso de formação (**Anexo 02**).

### ***3.2 Dos municípios onde as atividades não ocorreram, mas o processo evoluiu até as reuniões decisórias***

#### **3.2.1. Guarapari**

A Colônia de Pesca Almirante Noronha Z-03 (Guarapari) possui uma frota pesqueira de aproximadamente 300 barcos de grande porte que tem autonomia de pesca de 20 a 30 dias e cerca de dois mil trezentos (2.300) colonizados. Destes, os que mantêm a filiação em dia são as marisqueiras, cerca de seiscentas (600) mulheres.

A colônia possui uma sede bem estruturada com sala para cursos e reuniões, sala para atendimento dentário e cozinha. O que de fato falta é uma maior participação das bases nas atividades realizadas ou apoiadas pela colônia. Como em muitos outros espaços políticos da comunidade pesqueira, esta é vista como um centro prestador de serviços de utilidade pública para a comunidade da pesca.

Ao ser apresentada a proposta do PEA-PERENCO à presidente Marcela (Pretinha) da colônia se disponibilizou em ajudar na mobilização dos pescadores e marisqueiras para a reunião de decisão da ação formativa, assim como, colocou a disposição o espaço de reuniões da própria colônia. Também indicou alguns cursos que seriam interessantes: um relacionado à licença de operação para radio operador e outro de artesanato com conchas e escamas.

A reunião de definição da ação formativa ocorreu com a presença de 12 pescadores e marisqueiras, onde foi possível constatar que nenhum dos presentes havia participado de programas e projetos vinculados ao licenciamento ambiental do petróleo e gás. Dessa forma, o nivelamento tornou-se mais relevante no sentido de esclarecer a relação entre os programas do licenciamento ambiental e o desenvolvimento da vida associativa das comunidades que praticam a pesca artesanal (**Anexo 03**).

A maioria dos pescadores admitiu não estar com muito interesse em participar de novos cursos, ainda assim, foram levantadas possíveis ações formativas como: **(i)** curso de beneficiamento de marisco e pescado; **(ii)** curso sobre melhoria do beneficiamento; e **(iii)** aproveitamento do subproduto (artesanato).

No momento de definir data e horário para a realização do curso houve um impasse devido à carga horária sugerida e qual curso realizar, além da dificuldade apresentada pelos participantes em relação ao descolamento para o curso, devido ao custo do transporte.

Depois de algumas negociações ficou definido que o curso seria de 10 horas, em duas tardes, das 13h às 18h, sendo que, no primeiro dia ocorreria o curso de artesanato como aproveitamento de subproduto; e no segundo dia: o de beneficiamento; além disso, também ficou acordado o reembolso para o deslocamento dos participantes (**Anexo 03**).

A mobilização ficou a cargo da presidente e secretária da colônia com o apoio da equipe técnica do PEA-PERENCO. Foram encaminhados cartazes por email para ajudar na divulgação e contatos telefônicos para acompanhamento das inscrições. A secretária informou que poucos estavam interessados no curso, mas que iria fazer uma mobilização mais efetiva com as marisqueiras.



No dia da realização do curso de artesanato não apareceu nenhum pescador ou marisqueira e devido à falta de participantes o curso foi cancelado. Foi avaliado se haveria a possibilidade de participação da comunidade no curso do dia seguinte, mas de acordo com a secretária da colônia, ninguém teve interesse em se inscrever no curso, mesmo com a mobilização por parte da colônia.

Foi então gerada uma ata para relatar o cancelamento do curso assinada pela secretária executiva da colônia que se mostrou frustrada com a falta de iniciativa e de participação por parte da comunidade de pesca (**Anexo 03**).

### 3.2.2. Piúma

A colônia de pesca de Piúma (Z-9) existe há 46 anos e têm cerca de 700 colonizados, no entanto, uma das preocupações identificadas, e que segundo eles, vem gerando um enfraquecimento da organização social frente às novas gerações da comunidade é: a migração dos pescadores para empresas siderúrgicas e outras atividades industriais, fazendo com que os filhos desta geração não se vinculem a pesca artesanal como em tempos passados.

Em relação às atividades de petróleo e gás na região, nos últimos anos a comunidade participou de discussões com diversas empresas e em diferentes etapas do processo produtivo, mas não houve resultados concretos. Apenas uma compensação relacionada à atividade de pesquisa sísmica, fruto de uma demanda judicial movida pela Federação de Pesca do Espírito Santo onde cada colônia envolvida na área de influência recebeu R\$ 50.000,00 em projetos. A colônia de Piúma decidiu reformar a sede.

Ao ser apresentada a proposta do PEA-PERENCO o presidente da colônia e seu secretário se prontificaram em ajudar na mobilização para a reunião de definição de ação formativa, pois como a PERENCO é uma nova empresa na região, optou-se por adotar a postura de negociação e diálogo.

A reunião de definição da ação formativa ocorreu com a presença apenas de marisqueiras no dia 18 de janeiro de 2012, das 14h às 18h. Neste momento foi possível dar-se conta de que as tentativas de se implementar formas de trabalho coletivo na comunidade não foram eficazes, pois não se tem como cultura o trabalho cooperativado; o trabalho está organizado familiarmente (**Anexo 06**).

Além do trabalho estar organizado pela estrutura familiar, as condições para sua realização é precária. Em um dos relatos da reunião, disse uma marisqueira: *“Algumas vezes quando a mariscagem é boa e não se consegue vender o produto não se tem onde armazenar as sobras”*. Frente a esta realidade decidiu-se por um curso de associativismo como ação formativa para ajudar a comunidade a se organizar para garantir o melhor escoamento e armazenamento do marisco.

O curso de associativismo foi agendado para os dias 09 e 10 de março de 2012 com duração de 10hs, uma vez que as marisqueiras acharam muito difícil participar de uma atividade de dois dias e com 16h de duração.

Foi acordado que novamente a colônia colaboraria com a mobilização e pré-inscrição dos participantes, juntamente com as pessoas que participaram do processo de eleição do curso.

Nos dias anteriores a realização do curso, foi reforçada a necessidade de mobilizações, o 1º secretário (Mauro) da colônia se prontificou a convidar novamente a comunidade para participar do curso. Porém, no dia da atividade apenas uma marisqueira compareceu e comentou que muitas estavam atarefadas com a catação de camarão e mariscos, pois estavam no período de lua boa para a pesca, o que inviabilizava a participação da comunidade no minicurso.

Devido à falta de participantes o curso foi cancelado, antes, porém, foi avaliado se haveria a possibilidade de participação da comunidade em apenas uma tarde de curso, mas foi novamente colocado a grande demanda de trabalho como barreira a participação.

Assim, foi decidido em acordo com a direção da colônia o cancelamento do curso, enfatizando-se que os esforços de mobilização devem ser conjuntos, assim como o escopo dos futuros trabalhos devem atender a uma necessidade mais imediata das comunidades, buscando associar demandas formativas a ações compensatórias (**Anexo 06**).

No entanto, os canais de diálogo com a comunidade ficaram abertos a partir da forma transparente como foi conduzido o presente processo.

### 3.3 Dos municípios onde o processo não evoluiu

#### 3.3.1. Vila Velha

**Vila Velha** é o maior e mais antigo município do estado do Espírito Santo, Brasil. Foi fundada em 23 de maio de 1535 com o nome de Vila do Espírito Santo pelo português Vasco Fernandes Coutinho, donatário da Capitania do Espírito Santo, e foi sede da capitania até 1549, quando esta foi transferida para Vitória e o município passou a ter o nome atual.

É o município mais populoso do estado (inclusive superando a capital) sendo a grande maioria da população residente na área urbana. Dista 5km da capital do estado e possui 32 quilômetros de litoral, sendo praticamente todo recortado por praias, as quais constituem importantes ícones turísticos e paisagísticos, como a Praia da Costa, de Itapoã e de Itaparica. (FMU, Tecnologia e gestão ambiental, consultado em: [http://www.portal.fmu.br/Cursos/Blog/Cursos/gestao-Ambiental/pdf/producao\\_academica/vilavelha\\_noite.pdf](http://www.portal.fmu.br/Cursos/Blog/Cursos/gestao-Ambiental/pdf/producao_academica/vilavelha_noite.pdf) às 15:35h do dia 04 de abril de 2012)

O texto acima traz elementos importantes para se compreender o abandono de algumas instituições políticas e culturais do município. Baseado em sua grandeza e importância na dinâmica sócio/política/econômica e demográfica, frente à própria capital, este município sofre com a perda da preferência política e a mudança no eixo das ações governamentais.

O fato de Vitória haver se tornado capital fez com que os projetos prioritários passassem por lá, o centro das decisões foi modificado. Mesmo pertencendo à região metropolitana, onde apenas uma linha imaginária, concretizada na terceira ponte, divide os municípios, Vila Velha vive a sombra de seus vizinhos.

Essa evidência pode ser notada em conversa com o presidente da colônia de Vila Velha, Sr. Nabucodonozor ou seu Brito. Nota-se que a mudança do norte político associado a novas diretrizes, que visam uma radicalização da democracia de base, atingiu diretamente as organizações sociais, sobre tudo, a colônia de pescadores de Vila Velha. Hoje a colônia conta com poucos filiados e há tempos não demonstra vigor para participar de programas orientados pela CGPEG/IBAMA e demais órgãos governamentais. A perda dessa capacidade de articulação favoreceu uma migração política para colônia de pescadores de Vitória.

Ainda em um passado próximo, segunda metade do século XX, a colônia recebia repasses estatais com um elevado nível de filiação por parte dos pescadores. Havia ainda o acesso a alguns benefícios como: uma escola e creche para os associados, dentista e orientação sobre jurisprudência e burocracia estatal.

Essas interferências externas no cotidiano organizacional dos sujeitos sociais geraram fortes relações de dependência que, ao serem rompidas, apresentaram o grande abismo entre colônia e a ideologia associativista existente na relação colonizados e organização social. Daí vem o espaço para as associações que inicialmente tentaram ocupar este vazio, mas que hoje, segundo suas práticas e comentários dos próprios representantes de tais associações, não conseguiram ocupar tal espaço com qualidade e terminaram por repetir o mesmo desempenho da colônia nesta área.

Neste cenário as disputas internas só se agravaram ao longo dos anos ao ponto de gerar fissuras difíceis de serem restauradas. Estas fissuras também se devem a maior pressão demográfica que levou muitos sujeitos a buscarem atividades econômicas mais compatíveis com a realidade das cidades litorâneas, esta migração não trouxe apenas pessoas, também ampliou o leque de concepções, ideologias e práticas político/sociais.

Assim que, devido à migração campo/cidade ainda na segunda metade do século XX, uma parcela da população desprovida de qualificação técnica para serviços urbanos passou a se situar na periferia da produção, ou seja, passou a dedicar-se ao extrativismo natural, onde catar caranguejo, mariscos e pescar tiveram seu lugar garantido pela nova dinâmica sócio ambiental dessas populações.

Ao mesmo tempo em que a comunidade pesqueira crescia, ela se fragmentava. Essa fragmentação levou Vila Velha a uma disputa pelo direito a centralização das organizações da pesca via Federação, logo, o senhor Nabucodonozor acumulava o cargo de presidente da Colônia de Vila Velha e da Federação de Pesca do Espírito Santo.

Devido a uma maior inserção em campo e a uma triangulação de informações via informantes chave, a equipe técnica pode informar-se de novidades em relação à situação política do município e do estado. Segundo um informante de Vila Velha a colônia não funciona mais e a maioria dos antigos filiados se transferiram para colônia de Vitória, porém, existe um grupo tentando reativá-la; já outro informante falou que a colônia está em processo de descenso devido à problemas de saúde do senhor Nabucodonozor, no entanto, um dos grandes problemas que esta enfrenta relaciona-se diretamente com um suposto golpe político que envolve a federação, disse o senhor:

*“O atual presidente da federação foi com uma advogada ao cartório onde estava registrado o estatuto da federação e sumiu com este, após esta ação dirigiu-se até a sede da colônia de Vila Velha onde estavam realizando a eleição para presidente da federação e anularam o processo, e, se auto proclamou presidente da federação juntamente com um grupo de interesses que envolve a colônia de Vitória e outros grupos associados”.*

Hoje a situação se agravou devido a uma resolução judicial que reconhece o senhor Nabucodonozor como legítimo presidente, ademais, indicia a outra parte por diversos crimes administrativos (notas de campo).

No entanto, este é só mais um capítulo da história da comunidade de pesca no município, história esta que já foi relatada em relatório específico enviado a CGPEG/IBAMA, e, que, por sua complexidade, não poderá ser aprofundado neste trabalho.

De fato, a constatação da realidade local apontou para uma fragmentação da organização política que se refletiu na base, assim, todo o conjunto de associações desapareceu do ponto de vista jurídico e, sobre tudo, do ponto de vista organizacional, onde a base não reconhece as lideranças e as lideranças buscam instrumentos para se legitimarem distante das bases.

Das primeiras inserções em campo, até o momento atual, nenhuma modificação qualitativa pode ser apreendida, pois a única informação que se conseguiu adquirir foi que a associação dos pescadores da Praia de Itapoã havia - como apresentado no relatório da Etapa 01)- restituído sua personalidade jurídica para participar de alguns processos licitatórios, assim como, a única novidade encontrada sobre a região foi o aprofundamento sobre a história do processo judicial envolvendo a federação e sua presidência em disputa.

### 3.3.2 Vitória

Vitória é a capital do Espírito Santo que, juntamente com os Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, compõem a região sudeste. A cidade é constituída de 34 ilhas e uma região continental. É uma das três ilhas-capitais do Brasil com aproximadamente 93 km<sup>2</sup>. Vitória integra, juntamente com os municípios de Serra, Cariacica, Viana, Vila Velha, Fundão e Guarapari, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) composta por aproximadamente 1.687.704 habitantes. (<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/geral/perfil.asp>; consultado no dia 04 de abril de 2012 as 15:30h)

Discutir as relações políticas em relação ao município de Vitória em parte é dar continuidade a discussão sobre Vila Velha. Acostumados a uma política tradicionalista, onde, alguns mandam e conseqüentemente ocupam os cargos centrais, outros só obedecem e seguem regras, no mais, a base aparenta ser submetida a dinâmicas de violência e opressão que, por limitações e foco no escopo do trabalho não será trabalhado neste escrito.

A discussão sobre Vitória inicialmente aparentava ser simples, pois contava com o apoio da colônia para a mobilização e sessão de espaço para a reunião, no entanto, em meio ao processo um Projeto de Compensação da Atividade Pesqueira (PCAP) foi implementado. Entretanto, este projeto trouxe as vistas diversos problemas que estavam ocultos pela intervenção das direções.

Frente a necessidade de implementar este projeto, as direções das Associações da Praia do Canto, da Praia do Sauá e da Colônia mobilizaram suas bases em busca de obter o projeto para si. Uma postura equivocada, pois os programas de compensação pertencem às comunidades e não às associações, no entanto, essa perspectiva de disputa levou a um racha político que tornou o trabalho em grupo inviável ao ponto do presidente da colônia anular reunião previamente agendada e confirmada as vésperas da mesma (em relação ao PEA-PERENCO).



O cancelamento da reunião levou a equipe técnica a buscar os sujeitos envolvidos no processo decisório do PCAP, assim, algumas reuniões foram agendadas com representantes da associação da praia do Canto. Estas pessoas se disponibilizaram a receber a equipe em horário específico, desta forma, realizaram-se conversas com o presidente e a primeira secretária da associação, em separado, que informaram o status da relação entre os representantes da praia do Sauá e da colônia que sentiram-se prejudicados com o fato de se ter aprovado a reforma de um espaço de beneficiamento de pescado na Praia do Canto e não uma fábrica de gelo no Sauá.

A reação imediata dos representantes da colônia e do Sauá foi formalizar um abaixo assinado com a finalidade de invalidar o processo decisório, pois inconformados com a forma em que se desenrolou a tomada de decisão, basearam sua defesa na falta de representatividade do espaço decisório – não se pode especificar os termos, porém foram encaminhados à instâncias públicas.

Dentro deste processo que terminou por agravar os conflitos entre sujeitos, ao invés de media-los e ameniza-los, descobriu-se que a colônia estava interdita juridicamente por diversos motivos legais, assim, esta não poderia receber os recursos, ao que parece, a associação da praia do Sauá também não contava com personalidade jurídica, sendo a única associação com personalidade jurídica e com maior base no processo decisório do PCAP da Petrobrás a Praia do Canto. Esta saiu vitoriosa, mesmo com a perda da unidade da comunidade pesqueira.

O que mais chama a atenção nesta história é o agravamento das disputas e dos conflitos entre grupos, ademais, fortalece a ideia de decisões centralizadas e de que os programas e projetos são pertencentes às associações e colônias e não às comunidades.

Assim sendo, um elemento que deveria facilitar a aplicação de uma capacitação, terminou por inviabilizá-lo.

No entanto, após diversas conversas e um maior conhecimento sobre a realidade local, tomou-se a decisão conjunta SOMA-IBAMA-PERENCO de se dar uma nova oportunidade a comunidade pesqueira desta região, por este motivo a reunião foi remarcada via grupo de trabalho (GT) que havia sido montado para a implementação do PCAP da Petrobras. Esta reunião ficou agendada para o dia 14 de março de 2012 a partir das 14:30h.

Nesta reunião participariam os membros do GT, alguns pescadores e lideranças da Praia do Canto. A reunião seria realizada na peixaria da Praia, pois os pescadores assim preferiram; com todas as reivindicações aceitas pela equipe técnica, a reunião foi remarcada.

Para a surpresa da equipe técnica a reunião foi cancelada no dia em que deveria ser realizada, não apenas desmarcada, todas as pessoas que participariam da reunião foram desmobilizadas, fato que gerou um mal estar para se tentar uma remobilização após o ocorrido (**Anexo 04**). No entanto, cabe abrir um parênteses para ouvir as anotações de campo sobre os fatos:

- **Vice Presidenta da Associação da Praia do Canto (Rosangela Santana)**

Esta havia dito que o presidente teria se comprometido a reativar o CNPJ da associação e, que ao completar esta ação de recuperação da personalidade jurídica da instituição chamaria eleições para definir nova direção.

No entanto, o que ocorreu foi que a posse do atual presidente se deu em um festejo uma semana antes da reunião marcada para tomada de decisão do PEA-PERENCO. Nesta posse estiveram presentes políticos regionais e moradores antigos do bairro que não tinham relação direta e nem indireta com pesca. Além do mais, a Rosangela Santana fez questão de ressaltar a forma centralizadora e truculenta do atual presidente comandar o espaço político que deveria pertencer e ser administrado por pescadores.

Continuando a descrever o relato da senhora (II), disse a mesma que: no dia da reunião, pela manhã, o presidente (Luciano) mandou que ela desmobilizasse as pessoas que estavam na peixaria para a reunião, pois este espaço não era propício para este tipo de evento. Neste cenário ela não teve como informar à equipe que a reunião não mais ocorreria. Notava-se claramente que esta situação havia gerado um constrangimento dentro da direção e do grupo.

#### **- Equipe sobre a situação**

Depois de escutar a senhora (Rosangela Santana) e sua versão, tentou-se triangular as informações com alguns trabalhadores da peixaria, porém a resposta era de que não se realizaria a reunião, no entanto o presidente estaria chegando para conversar com a equipe. Dentro do apresentado a equipe adotou a postura de não realizar a reunião só com o presidente e, assim que os técnicos da CGPEG/IBAMA chegassem seria comunicado pela equipe que apresentaria a situação e justificaria dentro das diretrizes da educação ambiental no âmbito do licenciamento a não realização da reunião. No entanto, um representante da equipe escutaria o presidente para interar-se de sua história.

Porém um fato merece registro literal: o presidente desce do carro acompanhado por três pessoas, uma delas se identificou como secretário de finanças (nome não informado devido à atitude truculenta) e os outros dois não se aproximaram da equipe para conversar, entretanto, todos pareciam estar preparados para a reunião e se queixavam da dificuldade que existia para mobilização da base.

Seguindo a lógica dos eventos deu-se início a uma conversa paralela com o secretário de finanças que informou ser morador do bairro e não ter nenhuma vinculação com a pesca, admitiu não entender nada sobre os processos que vinculam a pesca artesanal aos programas de compensação à pesca artesanal e acrescentou que o seu interesse em assumir um cargo na associação era para que pudessem melhorar o bairro, pois este havia sido tomado pela violência das drogas que se utilizava de um espaço agregado a peixaria como ponto de apoio.

Em seguida, o presidente aproximou-se para tentar negociar alguma relação no formato da política patriarcalista tradicional, disse em meias palavras que os processos de gestão ambiental se organizavam pela coleta de assinaturas e que precisavam de um curso de beneficiamento, porém lhe foi informado que neste formato não se poderia conduzir a ação.

Em busca de recuperar a credibilidade da associação, todo esforço está sendo centrado no combate à violência comum e ao tráfico de drogas. No entanto, ficou o comprometimento de entrar em contato com os mesmos para futuras ações no campo da gestão ambiental, caso esta possibilidade venha a existir, no mais, sem grandes constrangimentos foi acordado que para este momento não seria possível aplicar o programa devido ao ambiente sócio/político extremamente debilitado.

---

## - Uma breve análise

Na associação da Praia do Canto vem ocorrendo um fenômeno diferenciado e pouco comum: com a perda da representatividade, devido ao abandono, esta associação vem transformando seu caráter, hoje responde muito mais as dinâmicas de uma associação de bairro e não mais representa a comunidade pesqueira. Essa característica não implica num distanciamento dos pescadores, pois via peixaria ainda se tem um contato com os pescadores, da mesma forma, existem grupos de marisqueiras e pescadores que podem organizar-se para garantir sua representatividade dentro do espaço.

No entanto, muitas pressões incidem sobre estes sujeitos sociais, uma das mais fortes e visíveis é a especulação imobiliária, pois os terrenos pertencentes à organização social estão localizados em um dos metros quadrados mais valorizados da capital Capixaba, um bairro comercial que se dedica à diversão e alguns negócios do campo administrativo. Esta região é conhecida popularmente como: Triângulo das Bermudas.

Esta combinação de fatores associados a uma propaganda negativa que, em menos de uma década transformou a relação do atracadouro e da peixaria com os moradores do bairro (vide: matéria do dia 28/02/2007 sobre o atracadouro da Praia do Canto <http://youtu.be/fIJmzfvkjUk>; matéria do dia 22/03/2010 assalto na praia do canto [http://youtu.be/5SFHh7C\\_SRs](http://youtu.be/5SFHh7C_SRs)) gerou um conflito baseado no medo e levou a uma intervenção dos moradores do bairro em tal instituição. De qualquer forma, o ideal para estas comunidades caracterizadas por conflitos mais ou menos sérios de organização social e política seria a realização de um diagnóstico específico e direcionado para tais questões, pois faz-se necessário procurar a comunidade pesqueira em seus locais de origem, longe das organizações e dos postos de trabalho, já que, da forma em que se encontram as organizações, a implementação de ações de curta duração podem agravar

os conflitos em um cenário onde a fragmentação política e social estão bem estabelecidas.

Por fim, o trabalho não pôde ser realizado e a intervenção da equipe na realidade local não pôde se aprofundar até a realização do curso (**Anexo 04**), porém, as portas estão abertas e os primeiros contatos foram mantidos com o objetivo de construir um bom referencial para futuras reaproximações a estes grupos, a partir dos pressupostos da educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás.

### 3.3.3 Anchieta

**História de Anchieta** (por Gerência de Comunicação 01/11/2010 10:00h)

A cidade de Anchieta está localizada no sul do Espírito Santo a cerca de 82 quilômetros da capital Vitória. Com uma área territorial de aproximadamente 420 km<sup>2</sup>, o município faz divisa com Guarapari, Alfredo Chaves, Piúma, e Iconha. Anchieta se originou de uma aldeia de índios catequizada pelos padres jesuítas. A atual divisão político-administrativo de Anchieta é representada pelos distritos de Anchieta (sede), Jabaquara e Alto Pongal. De acordo com dados do último Censo, a população da cidade é de 23.902 pessoas. As manifestações culturais de Anchieta podem ser distribuídas em quatro grupos diferentes: religioso, folclórico, artístico e ecológico. No grupo religioso destacam-se a Festa do Beato José de Anchieta (09 de junho); São Pedro, com a Procissão Marítima (29 de junho); Nossa Senhora da Assunção (15 de agosto) e Nossa Senhora da Penha (8 de setembro). No grupo folclórico chamam a atenção os grupos de dança como as bandas de Congo Mestre Pedro Camilo, São Mateus e Sol e Lua; o grupo de dança do Divino Espírito Santo do distrito de Jabaquara; Os Brandarinos da comunidade de Belo Horizonte e o Grupo Nona Adélia de dança italiana do distrito de Alto Pongal. No campo artístico destacam-se as fanfarras das escolas municipais, os grupos de teatros e as bandas de música. Finalmente no grupo ecológico estão os passeios nas águas do Rio Benevente, com visita às Ruínas Jesuíticas, a descida ecológica do Rio Benevente de caiaque e os passeios ciclísticos a pontos turísticos de Anchieta. Com uma riquíssima herança histórica, além de privilegiado por 23 belas praias, lagoas, falésias e rios adornados por um riquíssimo manguezal, o município de Anchieta

tem todos os atributos necessários para um desenvolvimento ainda maior neste segmento. **Economia**

O agroturismo se fortalece a cada dia. Nas comunidades do interior surgem pousadas e restaurantes de comidas típicas da região. As praias da cidade são cada vez mais freqüentadas.

Uma parte da economia de Anchieta está baseada na agricultura familiar. Entre as principais culturas destacam-se a banana, a mandioca, o milho, o arroz, o café e o feijão. A banana aparece juntamente com o café, nas regiões montanhosas do município e nas encostas dos planaltos. O feijão o arroz e o milho são cultivados nas áreas de baixada, sendo o arroz do tipo irrigado. A pecuária também é forte no município sendo que 68% da produção são de leite e 32% de corte. O segundo maior rebanho do município é o suíno seguido por outros menores como o eqüinos, caprinos, ovinos. A pesca também ajuda a movimentar a economia da cidade. Essa atividade é realizada no litoral do município ou em alto mar, na região de Abrolhos. A maior receita do município vem das empresas situadas na região. A Samarco Mineração S.A. é responsável pelo maior repasse, que de forma direta é proveniente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De forma indireta está a arrecadação através das empresas terceirizadas, por meio do Imposto sobre o Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). O município está passando por um grande desenvolvimento com a implantação de um pólo siderúrgico na região. A Usina de Tratamento de Gás (UTG) já foi inaugurada e está em pleno funcionamento. Novos empreendimentos estão previstos para o município, como a 4ª Usina de Pelotização da Samarco Mineração, a Companhia Siderúrgica de Ubú (CSU) e o porto da Petrobrás. ([http://www.anchieta.es.gov.br/mat\\_vis.aspx?cd=6495](http://www.anchieta.es.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6495) consultado no dia 04 de abril de 2012 às 16:20h)

O histórico de Anchieta mostra de forma sintética as mudanças estruturais em suas formas de produzir riqueza, onde a extração mineral ocupa espaço privilegiado devido a sua capacidade de gerar emprego, renda e tributos ao estado e município. Não só esta atividade vem se destacando, existem outros elementos que dão sustentabilidade às dinâmicas sócias complexas desta região, como: turismo ecológico, pesca, agricultura e

pecuária, mas sem dúvida, estas atividades não competem com a capacidade de geração de renda dos empreendimentos da mineração.

Porém, algumas dessas atividades são conflitantes, e, o fato destes conflitos aproximarem os sujeitos sociais do lado negativo destas atividades amplia a noção de risco de grupos vulneráveis as atividades da exploração mineral, agravado por poucas ações no sentido de diagnosticar tais riscos, frente a estas vulnerabilidades socioambientais, isso faz com que poucas ações obtenham sucesso em sua implementação.

De uma forma geral o desenvolvimento traz impactos positivos e negativos, no entanto, os negativos afetam diretamente as populações que vivem da extração de recursos naturais, assim que, a lógica da extração mineral em terra e em mar está gerando impactos que segundo a maioria da comunidade de pesca de Anchieta “são irreversíveis”.

De fato, o maior estresse parece ser com a atividade em mar, pois as relações com a empresa de petróleo brasileira não aparenta ser saudável. Desta forma, para a comunidade, todas as atividade relacionadas à extração do petróleo em mar estão direta ou indiretamente relacionadas com a empresa brasileira.

Por esta razão a postura da comunidade é a de não participar de processos que gerem algum tipo de compensação direta á comunidades que não estejam de acordo com suas próprias diretrizes e conveniências. Como exemplo pode-se citar as compensações da empresa de mineração SAMARCO, que possibilitou a reciclagem do óleo dos motores dos barcos de pesca da comunidade, assim como garante um preço menor na compra para quem participa do programa de reciclagem. Outra compensação será a da prefeitura que reformará a sede dentro de alguns meses, esse capital aplicado na reforma é derivado da exploração mineral, no entanto, esta mesma comunidade não estaria a participar de



forma qualificada dos programas da compensação e mitigação do licenciamento de petróleo e gás.

Mesmo com uma postura contrária às atividades que afetem o bioma que mantém seu modo de vida, este grupo social relaciona-se com alguns desses processos e até reconhecem a necessidade de tais atividades para o conjunto da sociedade, sua maior reclamação é com a forma de tratamento para com os pescadores, tanto em mar como nas audiências públicas. Dizem ser os últimos a saberem das atividades e como se não bastasse, dizem não ser respeitados pelos técnicos que constroem os pareceres das atividades e impactos.

No mais, não foi possível de forma organizada e propositiva aproximar-se deste grupo, pois com rechaço as reuniões apenas se pode escutar alguns pescadores de forma isolada e intermitente, mesmo com o interesse de alguns dirigentes da colônia em realizar a reunião, esta foi marcada repetidas vezes e não ocorreu.

Dessa forma, a impressão que fica do município é a da necessidade de realizar-se ações conjuntas, onde uma diversidade de ações deveriam ser implementadas ao mesmo tempo: PCAP's, diagnósticos, PEA's entre outras ações comunitárias no campo cultural e material, para reabrir os meios de comunicação e de relacionamento. Porém, com o atual nível de desconfiança da comunidade o que fica é a impossibilidade aparente de se realizar programas com escopos de inserção rápida e pontual, sobre tudo no campo educacional (**Anexo 05**).

### 3.4. Das abordagens metodológicas

Tomando em consideração que a intervenção seria rápida e dialogaria com propostas metodológicas já em andamento, decidiu-se por realizar um primeiro campo exploratório para que se pudesse ter uma melhor leitura dos grupos sociais e suas dinâmicas organizativas. A partir deste conhecimento se decidiria pelas ferramentas a serem aplicadas na realização das reuniões decisórias.

Com os dados e resultados do primeiro campo a equipe técnica decidiu-se por um formato de reunião que, ao mesmo tempo, daria informações essenciais sobre os processos de licenciamento da cadeia produtiva do petróleo e geraria um DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), assim que, a reunião foi dividida nos seguintes momentos:

- 1) Apresentação; com a finalidade de esclarecer os motivos da reunião, assim como, apresentar formalmente as instituições envolvidas no processo, suas funções e interesses, porém, também serviu como espaço para as apresentações interpessoais.
- 2) Objetivos; este momento era dedicado exclusivamente à apresentação da intencionalidade do espaço, sobre tudo, esclarecer que se estava ali em função do cumprimento de uma condicionante imposta pela CGPEG/IBAMA.
- 3) Resgate do contexto das ações de licenciamento de petróleo e gás; apresentava de forma histórico/linear a evolução das leis ambientais relacionadas ao licenciamento de óleo e gás no Brasil e as intervenções e resultados gerados no respectivo município por outras empresas/processo de caráter educativo/compensatório. Introduzia ainda algumas linhas de ação e explicava alguns conceitos básicos necessários ao bom entendimento do processo como um todo.

- 4) Rápida análise sobre os meios de vida sustentável (MVS) da pesca artesanal e das demandas de projetos; neste momento buscava-se apresentar um diagnóstico da situação em que se encontram os recursos manejáveis pela comunidade pesqueira dos municípios envolvidos, sempre contextualizando a ferramenta e partindo da análise sobre referenciais comunitários. Com a pergunta: vocês têm recursos? Iniciava-se uma análise referencial entre passado e presente, onde se caminhava em uma escala de zero a cinco, podendo o passado tender a cinco e o presente a zero ou o inverso, porém a construção desse referencial ajudava a comunidade a criar a media entre grupos diversos, ao mesmo tempo que apresentava toda uma síntese histórica sobre a situação da pesca artesanal no município. Em seguida direcionava-se a ação formativa para os vetores mais débeis e discutiam-se as demandas de atividades formativas relacionadas diretamente aos setores que mais necessitavam apoio, segundo o MVS (esta abordagem metodológica é melhor especificada no relatório de campo II).
- 5) Encaminhamentos; após identificar as demandas da comunidade decidia-se pelo minicurso que melhor atenderia ao escopo do trabalho. Com o final da aplicação do MVS a comunidade indicava uma lista de cursos e ao retornarem de um breve descanso, decidiam em consenso ou por meio de votação o curso desejado – em todos os casos os cursos foram decididos por consenso.
- 6) Avaliação; da segunda visita a campo em diante, todas as atividades foram avaliadas via formulários entregues aos participantes das reuniões e dos cursos (**Anexo 07**). A avaliação serve, acima de tudo, para garantir que os processos estejam sendo conduzidos com seriedade e compromisso, assim como, garantem seu aperfeiçoamento ao longo do tempo.

De uma forma geral a proposta metodológica atendeu a demanda específica apresentada. O fato de algumas reuniões não terem ocorrido e de alguns cursos terem sido cancelados requer um maior estudo, onde dinâmicas, tempo e metodologias da antropologia social e urbana devem misturar-se em busca de compreender um fenômeno plural e complexo.

Buscando finalizar esta rápida análise da metodologia aplicada, deve-se tomar em consideração que a metodologia é uma escolha perigosa, sobre tudo, quando não se tem informações sobre os sujeitos sociais com quem se trabalhará, no entanto, fazer esta escolha de forma participativa e ter em mente que a metodologia não é uma caixa onde se metem os problemas sociais, mas sim, um campo aberto que deve dialogar com as pessoas, faz com que a eficácia dos processos seja garantida em seus padrões mínimos de qualidade e eficiência.

Desta forma, a metodologia escolhida e aplicada foi sobre tudo idealizada para permitir o encontro entre diferentes atores sociais<sup>1</sup> de uma maneira que permitisse a interferência direta dos sujeitos, que incidindo sobre a ferramenta, se apropriavam, modificavam e alteravam sua aplicação, sem distorções em seu resultado, muito pelo contrário, esta interação dentro de tal processo era o melhor resultado que se obtinha na aplicação de tais métodos, assim que, o trabalho pôde ser conduzido, do início ao fim, dentro de uma linha teórico/metodológica coerente com a demanda apresentada.

---

<sup>1</sup> Comunidade pesqueira organizada em suas organizações de classe sejam sujeitos da base ou lideranças. Vale ressaltar que também foram abordadas pessoas de diversas comunidades pesqueiras de um mesmo município.

#### 4. Metas alcançadas

Conforme mencionado, os objetivos e metas do PEA foram estabelecidos considerando que processos educativos e compensatórios já estivessem em curso nos municípios definidos como área influência do empreendimento de perfuração exploratória marinha nos Blocos BM-ES-37, 38,39,40 e 41.

Sendo assim, as metas delineadas foram: (i) levantamento e organização dos dados secundários; (ii) Identificação de 07 projetos contendo justificativas de fortalecimento, pontos de fragilidade para a gestão participativa e grupos de pescadores como sujeitos da ação educativa; (iii) Definição de ações formativas complementares ao fortalecimento das gestão local; (iv) Realização de 07 (uma por município) oficinas de capacitação para elevar as capacidades das comunidades e grupos locais quanto a gestão, aprendizado e relacionamento; (v) Acompanhamento e Avaliação.

Para execução do processo de levantamento de dados foi utilizado o banco de dados da empresa CTA, que implementou o diagnóstico ambiental na região entre 2009 e 2010 para a Petrobras, porém em alguns municípios, como exemplo Guarapari, não houve diagnóstico, e em outros municípios foram necessário coletar informações mais atuais durante o campo exploratório do PEA-PERENCO, para então, atingir a meta estabelecida pelo plano de trabalho.

Ainda no campo exploratório foram feitos os levantamentos dos projetos contendo justificativas de fortalecimento, pontos de fragilidade para a gestão participativa e grupos de pescadores como sujeitos da ação educativa; porém, apenas em Itaipava havia processos educativos e compensatórios já em curso que poderiam ser associados a estratégias de fortalecimento do processo inclusivo para operacionalizar a proposição do presente PEA.

Nas demais comunidades foram exploradas as demandas para o fortalecimento da gestão participativa durante a etapa de definição das ações formativas, sendo que, no município de Vila Velha as entidades relacionadas à pesca não demonstraram nenhum interesse em participar do processo.

Durante o campo de definição formativa, das sete comunidades pertencentes à área de influência do empreendimento apenas 04 se disponibilizaram a participar das reuniões, a saber: (i) Serra, (ii) Guarapari, (iii) Piúma e (iv) Itaipava.

Após a definição das ações formativas, foram estipuladas datas para realização das mesmas. Dos 04 cursos definidos nas comunidades citadas, apenas em Itaipava e Serra as atividades ocorreram. Em Guarapari e Piúma não houve participantes para a realização dos cursos.

Em todas as etapas do PEA foram feitos acompanhamentos e avaliações. As evidências geradas foram anexadas nos relatórios anteriores, como exemplo: atas das reuniões, avaliações utilizadas para verificar a qualidade do encontro e também registros fotográficos e os próprios relatos de campo, que deve ser considerado material fundamental à plena compreensão deste texto.

## 5. Considerações finais

Os processos de implementação das ações compensatórias e mitigatórias no âmbito do licenciamento de petróleo e gás, à luz das diretrizes da educação ambiental no processo de gestão, trazem lições e aprendizados à equipe técnica que se tornam relevantes compartilhar com a CGPEG/IBAMA, empresas do setor petrolífero e demais interessados.

Nesse contexto, a proposição e implementação deste PEA esteve vinculado a uma temporalidade curta do empreendimento. Isso significa que para fins de adequação da estratégia de abordagem e intervenção, junto aos sujeitos da ação educativa – atores da pesca artesanal-, foi coerente adotar a lógica da complementaridade, ou seja, que o PEA-PERENCO dialogasse e buscasse se inserir em contextos de outros PEA's e PCAP's já realizados em curso na mesma região e com os mesmos atores sociais.

Assim, almejava-se gerenciar as expectativas com as comunidades frente a real capacidade do PEA-PERENCO em imergir em suas realidades e promover ações educativas, ao mesmo tempo em que potencializasse e valorizasse processos já em curso, racionalizando as ações educativas no âmbito do licenciamento. Todavia, na prática, alguns elementos não viabilizaram a concretização integral dessas hipóteses e intencionalidades.

O primeiro tem a ver com a necessidade de criar espaços de diálogo e integração entre projetos e programas sob responsabilidade de diferentes empresas e licenças emitidas. Seria interessante que tais espaços de integração ocorressem em momentos anteriores, e até preparatórios, a implementação de proposições baseadas na lógica da complementaridade. Não se refere tanto à questões de ordem metodológica, mas em especial a atualização e intercambio dos resultados gerados por processos em curso, avanços e dificuldades, níveis de relacionamento e conflito, entre, e com os sujeitos da ação educativa.

Muitos dos casos constatados em campo e que se tornaram obstáculos no processo de diálogo e mobilização das comunidades de pescadores diz respeito a não compreensão plena ou engajamento lúcido dos atores locais aos processos de educação ambiental existentes. A ausência de uma leitura mais profunda e direcionada sobre as dinâmicas históricas, sociais e políticas dos municípios e comunidades pesqueiras também merece destaque por influenciar sobremaneira o desenho das estratégias na

busca do diálogo e mediação de conflitos. A partir dessa leitura mais concreta, o segundo elemento implicaria em ajustes necessários ao escopo e estratégia da proposta complementar de educação ambiental.

Por fim, a vivência e o aprendizado permitido na implementação deste PEA convida para uma reflexão orientada pela pertinência e eficiência de ações educativas compensatórias e mitigatórias em contextos locais, nos quais há pouco ou nenhum atendimento aos princípios da participação social e política de comunidades de base entendidas como vulneráveis aos impactos da indústria de petróleo e gás.



## 6. Anexos

Os anexos apresentam evidências fotográficas e de presença dos cursos e reuniões realizadas no âmbito do presente PEA. Para os municípios onde os cursos foram concretizados, é também apresentado as ementas e programações dos cursos e os resultados das avaliações realizadas pelos participantes.

---

**ANEXO 1: Município de Itapemirim****Ementa de minicurso associativismo/cooperativismo**

Filosofia associativista/cooperativista; Associativismo e cooperativismo como forma de trabalho e organização comunitária; Gestão democrática; Passos para formação de associações e cooperativas; Capital social; Economia solidária; Redes sociais; Estudos de caso.

**Comentários sobre o tema: uma visão geral**

Dois mil e doze está sendo considerado o ano do cooperativismo pela ONU (Organização das Nações Unidas). Um dos fatores para tal decisão é a atual crise econômica e o necessário papel que a cooperação internacional cumpre no campo econômico. De qualquer forma, o que levou a criação das primeiras cooperativas inglesas teve como fim, segundo a maioria dos dados históricos, a cooperação no campo econômico visando melhoria nas condições de vida dos membros das cooperativas afins. Hoje as cooperativas se fazem presentes em mais de 100 (cem) países, no Brasil são mais de 6.650 cooperativas com mais de 9 (nove) milhões de cooperados.

A nova etapa em que as sociedades se encontram e com o desafio de associar produção e consumo aos limites ambientais aumenta o enfoque social das organizações que se dedicam a produção, comercialização e distribuição de produtos manufaturados e industrializados, colocando em xeque o lucro individual frente aos benefícios sociais dos modernos processos produtivos. Assim que, acredita-se que as cooperativas neste momento deixam de ter um papel secundário no combate à pobreza e passam a ocupar um espaço central no processo de recuperação da econômica internacional onde a consciência social pode unir-se a ambiental, remodelando a democracia a partir da geração e distribuição de renda em um campo horizontal.

Buscando romper com uma visão economicista que faz das cooperativas uma empresa social com objetivos muito similares aos da economia de mercado é que se propõe um curso onde, sem esquecer a importância da economia na vida das pessoas, o associativismo como prática seja central na formação de uma cultura para a cooperação. O pensar de uma cooperativa deve partir de uma perspectiva integrada que considere o todo de um organismo social, na maioria dos casos de cooperativas da América Latina elas se dedicam a produção, e, sem nenhuma estrutura buscam romper fronteiras e atuar no campo da comercialização e venda final.

Dessa forma, além de não se prepararem para intervir em tais campos econômicos ainda rompem relações culturais com setores que aumentam a estabilidade da atividade como um todo, ampliando a vulnerabilidade da ação econômica ao invés de fortalecê-la. Um exemplo disso é o objetivo de se romper com o atravessador em alguns setores da economia cooperativista, no entanto, se não existem cooperativas especializadas na comercialização, quem exerce função de distribuir o produto?

De fato essa perspectiva se fortalece em sociedades onde as atividades econômicas sempre foram tocadas por empresas L.T.D.A, fator que não gerou uma especialização das cooperativas no campo comercial, logístico e até distribuição varejista como se pode encontrar na Suíça e no Canadá. Assim que, pensar em cooperativas no Brasil ainda é pensar modelos de extração e produção periféricas de alguns produtos primários manufaturados. Porém, com planejamento social, inserção comunitária e clareza do campo de ação em que se pretende atuar com as cooperativas pode ser um passo importante na vinculação com o capital comercial, ajudando as cooperativas a ocupar um espaço importante nas economias locais.

Contudo, pensar no associativismo como base para a formação de uma cultura cooperativista não vem sendo comum na América Latina e no Brasil, pouco se leva em consideração o nível organizacional das comunidades periféricas, e sem a cultura de se organizar para resolver problemas comuns acaba sendo mais difícil organizar-se para trabalhar em grupo, com uma finalidade comum. Ademais, onde o associativismo é forte as experiências democráticas também o são, existe uma cultura de cooperação em diversos níveis sociais.

Além disso, pensar as atividades associativas deve levar o conjunto dos cooperativados a analisar as relações que as atividades econômicas têm entre si, para buscar manter o equilíbrio entre as atividades propostas pela cooperativa e as atividades existentes na comunidade, assim que, devem respeitar três critérios básicos: sustentabilidade comunitária, inclusão social e viabilidade sócio/econômica.

Por fim, o que se pretende propor neste mini-curso é a necessidade de se construir uma cultura de planejamento e atuação comunitária, pensando sempre nas pessoas e o impacto que toda atividade exerce em cadeias de grupos econômicos desestabilizando assim relações sócio/culturais.

Pensar e implementar uma cooperativa não significa apenas planejar a inclusão dos cooperados em uma posição econômico/social melhor, é sim: pensar como essa melhoria pode ampliar as possibilidades de toda a comunidade de forma direta e indireta, para tanto, incluir passa a ser verbo central para fortalecer relações de solidariedade entre atividades econômicas. Mais importante que excluir e gerar índices negativos de sociabilidade e vulnerabilidade das atividades co-relacionadas o cooperativismo deve fortalecer as redes sociais já existentes. Dessa forma, investir na consciência associativista como elemento central para um cooperativismo com bases fortes parece ser o movimento no caminho ideal.

#### **Descrição: Plano de Mini-Curso (Itaipava)**

- Projeto de Educação Ambiental – PERENCO

#### Associativismo e cooperativismo

- Tempo estimado: 16 horas
- Tema do primeiro dia 07/03: Associativismo 8h
- Tema do segundo dia: 08/03: associativismo/cooperativismo 8h

Justificativa: O conteúdo abordado é fruto de uma decisão coletiva tomada em reunião realizada no dia 16/01/2012. Este curso é de fundamental importância, não só para o aperfeiçoamento da capacidade de gestão da comunidade, assim como ao seu aprimoramento sócio/político/econômico. Com um melhor entendimento dos conteúdos apresentados e discutidos acredita-se que a solidariedade entre grupos de interesses possa aumentar, diminuindo os níveis de vulnerabilidade em alguns setores estratégicos da economia local.

- Conteúdos a serem discutidos no primeiro momento 4 horas:
  1. Identificação das formas de trabalho existentes na comunidade; (30 min)
  2. Apresentação e discussão sobre o conceito de associativismo; (20 min)
  3. Exemplos de ações associativas; (20 min)
  4. Momento lúdico: Vídeo; (20 min)
  5. Intervalo; (10 min)
  6. O que os participantes compreendem por associativismo; (40 min)
  7. Quais os fins do associativismo? (30 min)
  8. Quais as vantagens e desvantagens do associativismo? (40 min)

- Competências instituídas:

Identificar associações entre conceito e práticas comunitárias aclarando o que leva os grupos sociais a buscarem formas de trabalho associada, tomando em consideração suas vantagens e desvantagens. Porém, a grande competência gira em torno de fortalecer a lógica do que venha a ser associativismo.

- Conteúdos a serem discutidos no segundo momento 4h:
  1. Retomada da discussão com pergunta geradora: Por que as pessoas se associam para trabalhar? (40 min)

2. Trabalho em grupo, individual e associado: diferenças e similaridades; (30 min)
3. Momento lúdico: (desarmando a bomba); (30 min)
4. Intervalo; (10 min)
5. Formas de organização associativa e a importância da organização comunitária (democracia participativa: deveres e direitos dos associados); (40 min)
6. Passos para a formação de uma associação. (30 min)

- Competências instituídas:

Esclarecer os porquês do trabalho associativo, em suma, suas vantagens e desvantagens, assim como, apresentar os caminhos para a formação e formalização de uma associação política, econômica ou cultural.

- Conteúdos a serem discutidos no terceiro momento 4h:

1. A importância de uma cultura associativista na formação de uma base para a cooperação econômica. (30 min)
2. O que é uma cooperativa? Conceitos de cooperativa. (30 min)
3. Formas de organização cooperativa e o que é necessário para organizar uma cooperativa. (30 min)
4. Momento lúdico: Vídeo (20 min)
5. Intervalo; (10 min)
6. Os principais insucessos das cooperativas e as problemáticas a serem superadas (estudos de caso). (40 min)
7. O exclusivismo econômico como problema para o sucesso; (30 min)
8. A cooperativa e a exclusão de parte do sistema: o fim do atravessador como finalidade e problema. (A necessidade de analisar a atividade econômica como um todo, um sistema com partes que se complementam para formar um conjunto sócio/cultural). (40 min)

- Competências instituídas:

A importância de se construir uma cultura de cooperação e associação para o sucesso e sustentabilidade de uma cooperativa.

- Conteúdos a serem discutidos no quarto momento 4h:

1. Vulnerabilidade social e conflitos entre atividades. (30 min)
2. Planejar para implementar. (30 min)
3. Parceiros econômicos necessariamente não são amigos; (30 min)
4. A democracia participativa como ferramenta central. (30 min)
5. Intervalo; (10 min)
6. O material humano e a necessidade de se aperfeiçoar para inovar (educação como centro). (20 min)
7. A cooperativa como fruto da cooperação. (20 min)
8. Avaliação do curso e conteúdo das discussões. (30 min)

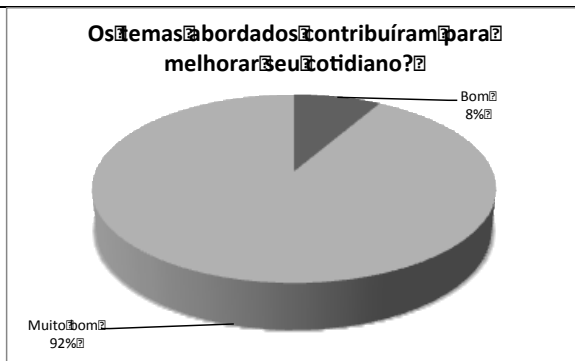
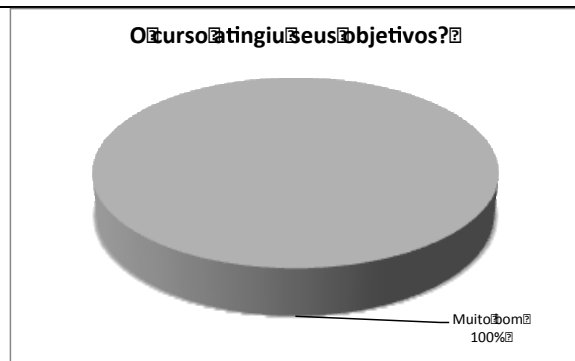
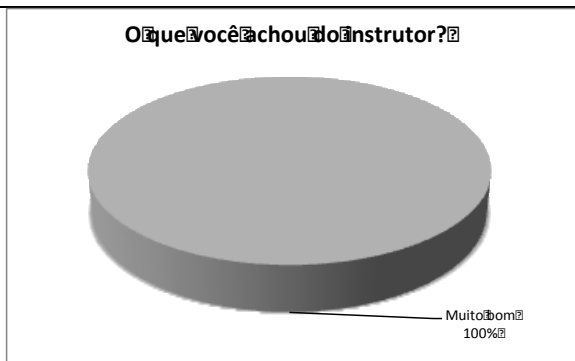
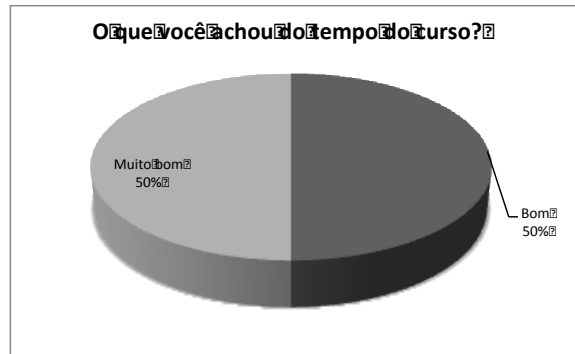
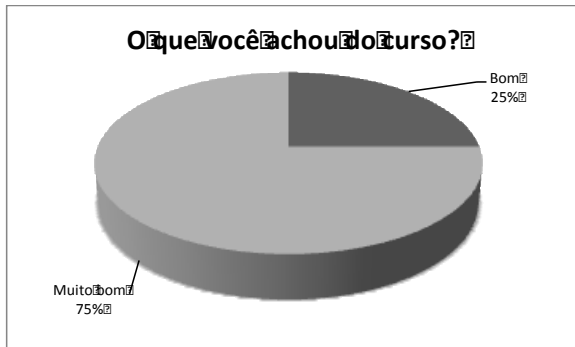
- Competências instituídas:

A importância da formação e planejamento rumo à sustentabilidade, as pessoas como centro das ações.

## Registro Fotográfico



**Avaliação do curso: Número total de participantes = 12 pessoas**





Lista de Presença



Lista de presença

Atividade: Oficina de Assoc.ativismo e Comportamento	
Município: Itaipava / RJ	Data: 07.03.2012
Nome: Silvano mag nito	Organização: colonia 2.10
Emílio paulo 2.10	
Auricéia da Rocha Lopes	
João Roberto de Almeida	
João de Deus M. Ribeiro	
Adriana Almeida de Almeida	
Cláudia Regina (Jilka Freitas)	
Luís da Rocha Lopes	colônia 2.10
Alfonso Lima Silva Oliveira	colônia 2.10
Carlos Roberto de Almeida	



Lista de presença

Atividade: Oficina de Associações e Cooperativismo	
Município: Itapemirim / Itaipava	Data: 08.03.2012
Nome: Comissão Ambiental Regional	Organização: ecologia 2.00
Reserva de Água de Abaixo	
Associação do Bairro Lopez	
União de Jovens St. Raphael	
União dos Pais e Mães da Escola	
Clube Futebol Sinal (Mê Frontal)	
Associação União Sílica (Ligação)	
Associação do Bairro Lopez	1
União de Água de Abaixo	
União de Água de Abaixo	
Associação União Sílica (Ligação)	

## ANEXO 2: Município de Serra

### Reunião para definição do Curso: Registro Fotográfico



**Ata e Lista de Presença da reunião para definição do curso**

REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO	
<b>Reunião</b> Definição da ação formativa	<b>Local/Data</b> 12/03/12
<b>Projeto</b> PEA - Perenco	<b>Cliente</b> PERENCO
<b>Participantes</b> Neco (Manuel), João Carlos, Madalena, Nilza, Tatiana, Alessandra, Mônica, Jennifer, Alysson, Fernando,	
<b>Pauta</b> 1- Apresentação 2- Objetivos 3- Pergate e conteúdo das ações de licenciamento de óleo e gás 4- Análise dos meios de vida da pesca artesanal	
<b>Ata</b> A reunião iniciou às 14h45. Foi cumprido o cronograma da atividade e ao final da reunião foi encaminhado um curso de qualidade e atendimento ao cliente a ser realizado nos dias 12 e 13 de abril das 8:00 às 17:00hs, o local será definido, tendo como sugestão da comunidade a UNESC, caso não seja possível a Igreja de São Pedro.	

REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO



Encaminhamento		
Atividade	Responsável	Prazo
Cursos de Qualidade e Atendimento A Cliente	SOMA / Perenco	12 e 13 de Abril das 8:00 às 17h5

Assinaturas

L. F. ... (IBAMA)  
 ... (CGREG/IBAMA)  
 Fernando Augusto ... (CGREG/IBAMA)  
 Tatiana ... (Perenco)  
 Alessandra Coutinho (Perenco)  
 Manoel ...  
 ...  
 ...  
 Jennifer L. Medeiros

---

**Ementa do Curso: Qualidade e Atendimento ao Cliente****Apresentação**

Neste curso serão abordados e discutidos Conceitos de Qualidade e Gestão da Qualidade bem como seu custo x benefício e resultados no Atendimento de sua Clientela. Teremos também uma visão geral da importância do controle dos processos produtivos, de distribuição e consumo, além da discussão e construção de elementos norteadores para o monitoramento das ações de produção dos participantes.

**Capacitação dos Participantes**

Ao final do curso espera-se que os participantes sejam capazes de diagnosticar e propor soluções aos nós críticos no processo de implantação/manutenção da qualidade e consequentemente no atendimento aos clientes.

**Público Alvo**

- Profissionais que atuam na produção pesqueira – Vitória - ES.

**Conteúdo Programático****Conceituação da Qualidade**

- Fundamentações e conceitos básicos de qualidade;
- Definição de Processos;
- Noções de qualidade de produto;
- Investimento na Associação da Marca com Idéia de Qualidade;
- Indicadores como referência para melhoria contínua;

**Gestão da Qualidade**

- Sistema de Gestão da Qualidade Total (5s);
- Técnicas e Ferramentas da Gestão de qualidade;
- Certificação de sistemas conforme normas ISO 9000 e 14000;

- Auditorias internas da qualidade;

### Relacionamento com Clientes

- Avaliação do comportamento e percepção dos clientes;
- Construção de questionário de satisfação dos clientes;
- Amostragem e tamanho da amostra;
- Tratamento de Dados e Análise Estatística;
- Tratamento de Reclamações/Sugestões de Clientes;
- Avaliação de Resultados e Tomada de Decisões;

### Relacionamento com Fornecedores

- Gestão de Fornecedores: Relacionamento com fornecedores, definição de requisitos e critérios de avaliação de fornecedores.

### Pré-requisitos para o curso:

Disciplina sem pré-requisitos.

### Carga Horária

16 Horas

### Metodologia

Aulas expositivas com aplicação de dinâmicas e atividades reflexivas baseadas nos conteúdos abordados no programa. Serão usado materiais de apoio áudio visual (Datashow e vídeos) e material para produção de trabalhos em grupo (cartolinas, flip chart, pinceis atômicos, recortes, etc).



Registro Fotográfico





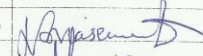
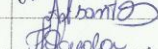
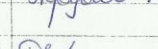

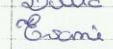





**Avaliação do curso: Número total de participantes = 15 pessoas**

No curso de Serra, o predomínio de mulheres com filhos e crianças dificultaram, ao término do mesmo, a aplicação dos formulários individualmente. Como alternativa, foi realizado de forma coletiva as perguntas e coletadas as respostas e opiniões que seguem abaixo descritas.


- (i) Metodologia: não houve considerações, todas gostaram da forma que os assuntos foram trabalhados, dos filmes apresentados e das atividades em grupo;
- (ii) Carga horária: avaliações de que foi suficiente mas também que poderia ser realizado em menos tempo;
- (iii) Conteúdo: gostaram do conteúdo trabalhado e não tiveram dificuldades de compreensão;
- (iv) Comunicação: apontaram que foram informadas sobre o curso muito próximo de sua realização e que não houve esclarecimentos suficientes do que se referia.




Lista de Presença

REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO		SOMA Desenvolvimento & Meio Ambiente	
Curso Qualidade e atendimento ao cliente	Local/Data 12/04/12 Serra/ES		
Projeto PEA	Cliente PERENCO 		
NOME	COMUNIDADE/ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
Maria Madalena de Jesus Ferreira	Longuinhas	99587383	
Ruzia de Azevedo Santos de Silva	Uruquinhas	98945631	
Adrieli Alves do Nascimento	Jacaraipe	98542784	
Associação de Promotoras de Saúde de Uruquinhas	Jacaraipe	98411504	
Valiani Cleofonso de Almeida Loyola	Jacaraipe	9794-1415	
Mane de Estina Rosa Edifonso	Jacaraipe	94509088	
Salvina Cleofonso de Almeida	Jacaraipe	99438886	
Lucia Santos Silva	Jacaraipe	98941416	
Erani Jesus dos Santos	Jacaraipe	32431103	
Josiane Batista da Luz	Jacaraipe	92382378	
Mariza Santos Leopoldo	Jacaraipe	89069131	

REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO





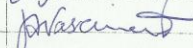



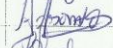
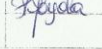
Curso Qualidade e atendimento ao cliente	Local/Data 12/04/12 Serra/ES
Projeto PEA	Cliente PERENCO 

NOME	COMUNIDADE/ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
Isilda de Almeida	Jacaraipe	96086748	
Reizone Santos Bezerra conceição	Jacaraipe	3245-3624	Reizone S Bezerra
Cidriana do N. S. Durino	Jacaraipe	88551035	Cidriana do N. S. Durino
Fauzete do N. S. de Almeida	Jacaraipe	97980779	Fauzete do N. S. de Almeida
Criztone Gomes dos Santos	Jacaraipe	9824-6422	Criztone Gomes dos Santos
Maria do Socia A. Reis	Jacaraipe	98612347	Maria do Socia A. Reis
Vera Loucia Martins	Jacaraipe	92385427	Vera Loucia Martins
Robamy mendonça	Associação ASPEJ	3243,2719	
Ubiria de Lourdes Beppaus	ASPEJ	3243.2868	

REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO




<b>Curso</b> Qualidade e atendimento ao cliente	<b>Local/Data</b> 13/04/12 Serra/ES
<b>Projeto</b> PEA	<b>Cliente</b> PERENCO 

NOME	COMUNIDADE/ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
Maria da Glória de Jesus Ferreira	Monteinho	98587383	
Yadnei Ribeiro do Nascimento	Jacaraipe	98542784	
Renzi de Lourdes Santos da Silva	Mangueiras	98945631	
Colony manduca	de Rosa	98217866	
Haroldo de Lourdes de Paiva	ASPEJ - Jacaraipe	32432868	
Enez Conceição dos Santos	Jacaraipe	32453577	
Moore de Adria Rosa de Lencastre	Jacaraipe	9750988	
Dalvina de Lencastre de Almeida	Jacaraipe	99438886	
Marcondes de Almeida Santos de Almeida	Jacaraipe	98411504	
Tatiani de Almeida de Almeida Ladeira	Jacaraipe	9794.1415	
Maria Aparecida Rosa Bonfim	Jacaraipe		



REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO



<b>Curso</b> Qualidade e atendimento ao cliente	<b>Local/Data</b> 13/04/12 Serralés
<b>Projeto</b> PEA	<b>Cliente</b> PERENCO 


<del>Nome</del> NOME	COMUNIDADE/ENTIDADE	TELEFONE	ASSINATURA
<del>Gerisiane Batista da Luz</del>			
Gerisiane Batista da Luz	Jacaraipe	9238-2348	gerisiane
Priscila Gomes das Neves	Jacaraipe	9824-4422	Priscila G. S.
Ervani Jesus dos Santos	Jacaraipe	32431103	Ervani Jesus dos Santos
Maria da Glória A. Reis	Jacaraipe	98612347	Maria da Glória A. Reis


### ANEXO 3: Município de Guarapari

#### Reunião para definição do Curso: Registro Fotográfico



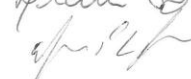
**Ata e Lista de Presença da reunião para definição do curso**

<b>Reunião</b> Definição de ações formativa PEA - PERENCO	<b>Local/Data</b> Sede da Colônia Guarapari 17.01.2012
<b>Projeto</b> PEA	<b>Cliente</b> 
<b>Participantes</b> Pescadores, Marisqueiras, presidente da colônia E-3 e equipe técnica	
<b>Pauta</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Apresentações</li><li>- Objetivos</li><li>- Resgate e contexto das ações de licenciamento Óleo e Gás</li><li>- Análise sobre os Meios de Vida Sustentáveis da Pesca Artesanal e das demandas de projetos</li><li>- Encaminhamentos</li><li>- Avaliação</li></ul>	
<b>Ata</b> <p>A REUNIÃO iniciou às 14:20hs com 10 participantes, foi apresentada a pauta e após a apresentação foi feito o resgate e contexto das ações de licenciamento Óleo e Gás e depois realizado a ferramenta MVS. Depois de um pequeno intervalo iniciou as discussões sobre os projetos e demandas para ações formativas.</p> <p>O resultado final um curso de melhoria da qualidade do manisco (beneficiamento) e aproveitamento dos subprodutos. Foi definido um curso de 10 horas dividido em dois dias no período da tarde.</p>	

**REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO** 

Encaminhamento		
Atividade	Responsável	Prazo

**Assinaturas**

Edmilda Sousa Mota (027) 9768-8368  
 Sueli Lassi Ramos 1027,98763776  
 Raquel Gonçalves de Souza (027) 96043417  
 Nilcia Sobrinho Bourn 027)9616-6031  
 Roxane L. S. Pican Pra Bucinas. Velis  
 Marlene de Andrade 9814-4033  
 Flávia Bruno Neto 9874-0358  




---

**Ementa do Curso: Artesanato e Beneficiamento****Ementa (Oficina de Artesanato 5h dia 06/03/2012)****Ministrante:** Kátia Welerson - Oficina de ideias - artesanato**Confecção de flores de conchas de moluscos e escamas de peixe:**


- Apresentação das possibilidades de uso dos subprodutos da pesca para transformação em artesanato,
- Apresentação das possibilidades do uso de flores de conchas e escamas para produção de peças de artesanato,
- Processo de limpeza e secagem das escamas e conchas,
- Cuidados na seleção e montagem das peças,
- Atenção com a qualidade das peças e a responsabilidade com o meio ambiente,
- Confecção de complementos para os arranjos visando aumentar a lucratividade,
- Produção com cada aluno de 02 (duas) dúzias de flores e 01 (uma) dúzia de complementos em sala de aula, sendo todo material produzido entregue ao aluno,
- Noções de custo de produção e preços praticados no mercado.


---


**Curso de Beneficiamento e melhoramento de pescado 07/03/2012****Ministrante:** Mauricio da Mata**Formação:** Engenharia de Pesca**Ementa:**

- Noções Básicas para conservação e comercialização de pescado;
- Tipos de contaminação;
- O que são micro-organismos;
- Fontes dos micro-organismos;
- Condições para os micro-organismos se multiplicarem nos alimentos?;
- veículos de contaminação;
- refrigeração;
- qualidade da água;
- Higiene do ambiente, das superfícies, utensílios e equipamentos.

**ATA de Cancelamento do Curso**

**RÉGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO** 

<b>Reunião</b> COLÔNIA DE PESCA GUARAPARI	<b>Local/Data</b> 06/03/2012
<b>Projeto</b> PEA	<b>Cliente</b> PERENCO 
<b>Participantes</b> Equipe TÉCNICA; MINISTRANTE do curso de ARTESANATO; REPRESENTANTE DA COLÔNIA;	
<b>Pauta</b> REGISTRO de CANCELAMENTO de CURSOS de ARTESANATO e BENEFICIAMENTO.	
<b>Ata</b> O CURSO NÃO OCORREU, POIS NÃO SE OBTIVER O CONVENIÊNCIA. SEJA DITO, NENHUM PARTICIPANTE compareceu.	

**RÉGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO** 

Encaminhamento		
Atividade	Responsável	Prazo
Encerramento de Curso.	_____	_____

**Assinaturas**

*[Handwritten signatures]*

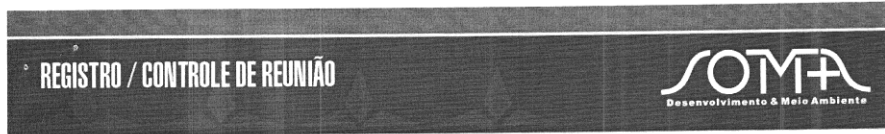
Marcela Campesino Soares  



*[Handwritten signature]*


27.549.310/0001-16  
 COLONIA DE PESCADORES 7-3  
 ALMIRANTE BORDENABE  
 RUA GETÚLIO VARGAS, 261  
 CENTRO - CEP: 10200-000  
 [GUARAPUÁ - ESP. SANTO]

ANEXO 4: Município de Vitória

ATA de Cancelamento de reunião decisória





<p><b>Reunião</b> Definição de Ação formativa</p>	<p><b>Local/Data</b> Vitória 13/03</p>
<p><b>Projeto</b> PEA/PERENCO</p>	<p><b>Cliente</b> PERENCO </p>
<p><b>Participantes</b></p>	
<p><b>Pauta</b> ESVAZIAMENTO DA REUNIÃO</p>	
<p><b>Ata</b> A reunião foi desmarcada pois houve uma informação de que o presidente da Associação NÃO autorizou a realização da reunião NA PEIXARIA pois NÃO era a sede da Associação. A 1ª Secretária então desmarcou com as pessoas que já haviam sido mobilizadas. Houve uma conversa com o presidente da Associação no sentido de ESCLARECER o propósito e o acordo anteriormente firmado para a Realização da Reunião. A equipe PEA/PERENCO apresentou a situação a equipe IBAMA, <del>(de quem dependia) e solicitou a (s) dependente(s)</del> demonstrando a inviabilidade de realizar a reunião em Vitória. O IBAMA atestou a NÃO realização da atividade, indicando que todos os esclarecimentos deverão ser relatados no Relatório Final</p>	

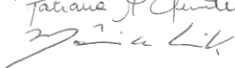
**REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO** 


Encaminhamento		
Atividade	Responsável	Prazo


**Assinaturas**


  
Roberto Santos

  
Tatiana P. Oliveira

  
Mariana L.

  
Alessandra Coutinho






**ANEXO 5: Município de Anchieta**

**ATA de Cancelamento do Curso**



<b>Reunião</b> ANCHIETA	<b>Local/Data</b> 13/03/2012
<b>Projeto</b> PEA	<b>Cliente</b> PERENCO 
<b>Participantes</b> COLÔNIA; SOMA; PERENCO; IBAMA;	
<b>Pauta</b> NÃO HOUVE REUNIÃO POIS NÃO TIVEMOS REPRESENTANTES NA REUNIÃO.	
<b>Ata</b> A reunião foi cancelada por falta de quórum.	

REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO



Encaminhamento		
Atividade	Responsável	Prazo

Assinaturas

*ap/ck*  
*HE*  
 Alessandra  
  
  






**ANEXO 6: Município de Piúma**

Reunião para definição do Curso: Registro Fotográfico



**ATA de Cancelamento do Curso**

REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO	
<b>Reunião</b> PEA - RIUMA	<b>Local/Data</b> 09-03-2012
<b>Projeto</b> PEA	<b>Cliente</b> PERENCO 
<b>Participantes</b> Equipe Técnica, Representantes da Colômbia.	
<b>Pauta</b> CANCELAMENTO do curso dia 09/10 de Março de 2012.	
<b>Ata</b> Neste dia não houve quórum suficiente para a realização do curso previamente agendado.	

**REGISTRO / CONTROLE DE REUNIÃO** 

Encaminhamento		
Atividade	Responsável	Prazo
CANCELAMENTO DE CURSO.	—	—

**Assinaturas**

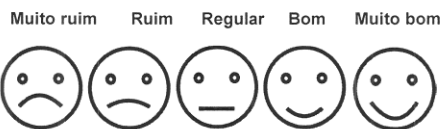
  
































**Anexo 07: Formulário empregado para a avaliação pelos participantes do curso ofertado**



**Avaliação do Curso de ação formativa – PEA Perenco**

Marque com X as respostas de acordo com as figuras abaixo:



ATIVIDADE	AVALIAÇÃO
O que você achou do curso?	    
O que você achou do tempo do curso?	    
O que você achou do instrutor?	    
O curso atingiu seus objetivos?	    
Os temas abordados contribuíram para melhorar seu cotidiano?	    
Suas dúvidas sobre o assunto foram esclarecidas?	    

COMENTÁRIOS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_